



Bolsas Na quarta-feira 1,84% São Paulo 1% Nova York	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 111.439 → 112.282 17/9 20/9 21/9 22/9	Salário mínimo R\$ 1.100	Dólar Na quarta-feira R\$ 5,304 (▲ 0,34%) Últimas cotações (em R\$) 15/setembro 5,237 16/setembro 5,265 17/setembro 5,282 20/setembro 5,331 21/setembro 5,286	Euro Comercial, venda na quarta-feira R\$ 6,203	Capital de giro Na quarta-feira 6,76%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 6,19%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Abril/2021 0,31 Maio/2021 0,83 Junho/2021 0,53 Julho/2021 0,96 Agosto/2021 0,87
---	--	---	--	---	---	--	---

CONJUNTURA/ Aumento da taxa básica para 6,25% ao ano foi decidido por unanimidade pelo Copom, que indicou um reajuste da mesma magnitude para a próxima reunião, com o objetivo de segurar a inflação. Para analistas, taxa pode chegar a 9,25% em janeiro de 2022

BC eleva Selic e prevê nova alta em novembro

» VERA BATISTA

A Taxa Básica de Juros (Selic) passou de 5,25% para 6,25% ao ano. Esse foi o quinto reajuste consecutivo, decidido por unanimidade, ontem, pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, para tentar controlar a inflação, que acumula alta de 8,99% nos últimos 12 meses. Para a próxima reunião, marcada para o início de novembro, o Comitê sinalizou outro ajuste da mesma proporção, que deve levar a Selic para 7,25%.

O atual ciclo de alta dos juros começou em março, com aumentos de 0,75 ponto percentual a cada reunião. Em agosto, porém, o BC aumentou o aperto monetário, subindo a taxa em 1 ponto percentual, movimento que se repetiu agora.

“O Copom considera que, no atual estágio do ciclo de elevação de juros, esse ritmo de ajuste é o mais adequado para garantir a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante e, simultaneamente, permitir que o comitê obtenha mais informações sobre o estado da economia e o grau de persistência dos choques. Neste momento, o cenário básico e o balanço de riscos do Copom indicam ser apropriado que o ciclo de aperto monetário avance no território contracionista”, afirma comunicado distribuído após a reunião de ontem.

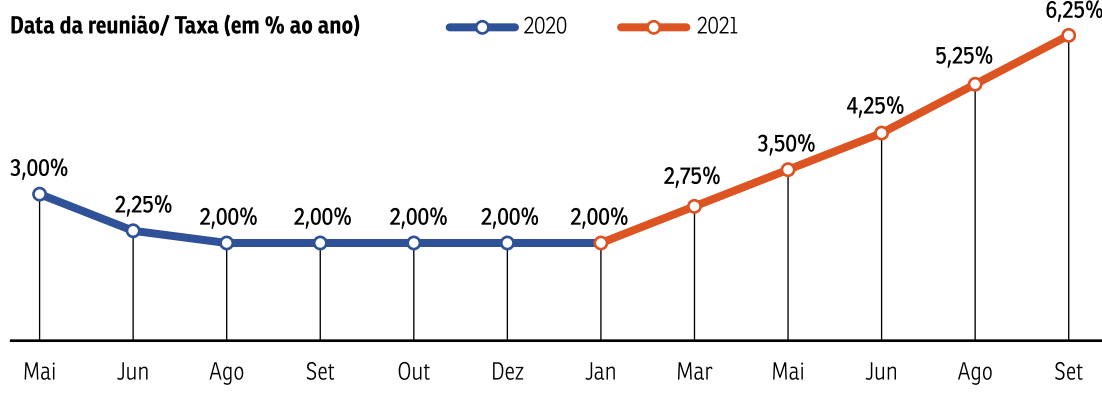
A elevação da Selic significa crédito mais caro e atividade econômica mais fraca. O resultado será uma inflação mais controlada no futuro próximo. Juros altos são uma das piores coisas em uma economia, mas só perdem para inflação alta”

Rachel de Sá, economista-chefe da Rico Investimentos

No documento, o BC reiterou que o país deve manter a agenda de reformas para a recuperação sustentável da economia, e deixou a porta aberta para reduzir ou acelerar a alta da Selic. “O Copom enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar o cumprimento da meta de inflação e dependerão da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação para o horizonte relevante da política monetária”, apontou a nota.

Para o dia a dia do brasileiro, destaca Rachel de Sá, economista-chefe da Rico Investimentos, “a alta da Selic significa, por um lado, crédito mais caro e atividade econômica mais fraca. Por outro lado, o resultado será uma inflação mais controlada no futuro próximo. Afinal, juros altos são uma das piores coisas que podem acontecer em uma economia. Mas só perdem para inflação alta”, afirmou. Para o investidor, a decisão, por já ser esperada, não deve trazer muitos impactos.

“No curtíssimo prazo, a elevação da Selic tende a valorizar os títulos pré-fixados e indexados à inflação de prazos curtos, e pode levar à desvalorização de títulos mais longos, já que parte do mercado acredita que a alta da Selic deveria ter sido maior nesse momento. Porém, enxergamos o



cenário atual como positivo para alocação nos títulos pós-fixados, que acompanham a taxa de juros, uma vez que a expectativa para a taxa Selic é de elevação”, apontou Rachel de Sá.

Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, projetava de imediato alta mais expressiva, de 1,25 ponto percentual, o que levaria a Selic para 6,50% ao ano. Mas entendeu que o Copom, no atual estágio do ciclo de elevação de juros, considerou esse ritmo de ajuste o mais adequado, até que o BC

tenha “mais informações sobre o estado da economia e o grau de persistência dos choques”.

Segundo ele, o Copom não gerou “solavancos na Selic”, e não alterou de maneira relevante a comunicação para as próximas reuniões. “Avalio que a autoridade irá elevar a Selic em mais 1 ponto percentual nas duas oportunidades que restam esse ano, fechando 2021 em 8,25%. E por mais uma vez na reunião de janeiro, encerrando o ciclo em 9,25%”, destacou Sanchez. Com isso, a estimativa pa-

ra o Produto Interno Bruto (PIB) do ano que vem foi reduzida de 1,6% para 1,5%, e a de 2023 caiu de 2,5% para 2,4%, destacou.

É a mesma previsão de André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimentos. Os motivos para esse comportamento do Copom são, segundo ele, “inflação persistente, provável início do tapering (gradual estreitamento nas compras mensais de títulos públicos e hipotecas) nos Estados Unidos; reformas estruturais emperradas no país; e dólar ainda resiliente”.

Menos estímulos nos EUA

O Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) do Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) manteve inalterada a taxa básica de juros do país, entre 0% e 0,25% ao ano, mas sinalizou que deve começar a reduzir em breve os estímulos à atividade econômica. Em comunicado divulgado ontem, o órgão indicou que o chamado tapering (gradual estreitamento nas compras mensais de títulos públicos e hipotecas) está se aproximando, ou seja, deve reduzir o ritmo de compras de ativos que vem irrigando a economia.

“Se o progresso continuar de maneira ampla, como esperado, o comitê avalia que uma moderação no ritmo de compras de ativos pode ser necessária em breve”, afirmou o Fed no informe. A meta de juros overnight foi mantida na faixa entre 0% e 0,25% e a taxa de desconto ficou em 0,25%. O Fed também manteve o programa de compras de títulos em US\$ 80 bilhões de Treasuries (papel do Tesouro) e US\$ 40 bilhões em títulos hipotecários por mês.

“Em linha com nossa expectativa, o comunicado que seguiu a decisão e as falas do presidente do Fed não incluíram ainda o anúncio efetivo de redução dos estímulos vigentes, mas reforçaram as expectativas de que isso será feito na próxima reunião, em novembro. A efetiva redução de compra de ativos deve começar em dezembro, encerrando-se no meio do ano que vem. Ou seja, a partir de meados de 2022, o Fed não seguirá com injeções indiretas de liquidez no mercado”, assinalou Rachel de Sá, chefe de economia da Rico Investimentos.

Ela frisou que, quanto aos juros, o destaque ficou para a mudança de entendimento de três diretores sobre o início de elevação. “Agora, metade dos diretores vê os juros subindo no ano que vem; enquanto a outra metade vê juros mais altos só em 2023”, citou. “Seguimos acreditando que os juros só devem subir no segundo trimestre de 2023, uma vez que a inflação mais alta deve se provar de fato temporária, e o mercado de trabalho ainda tem bom espaço para melhora — especialmente quando comparado aos níveis pré-pandemia, e olhando para grupos sociais menos favorecidos nos EUA (algo a que o Fed está cada vez mais atento)”.

Segundo ela, “o impacto de longo prazo em países emergentes, incluindo o Brasil, tende a ser reduzido”. Isso porque as mensagens não mudam a perspectiva de uma redução bastante gradual de estímulos nos EUA, e o fato de que os juros seguirão um ritmo de elevação também gradual. “Em outras palavras, um cenário externo ainda relativamente favorável para o Brasil”, reforçou. (VB)

Ajuste de despesas para cumprir o teto

» FERNANDA FERNANDES

O secretário especial do Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, afirmou que o governo terá de fazer alguns ajustes nos gastos nos próximos meses, devido ao saldo deficitário de cerca de R\$ 300 milhões apontado no relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, divulgado ontem. Apesar de resultados positivos em vários indicadores, Funchal explicou que um aumento na despesa obrigatória “extrapolou” o teto de gastos.

“Boa parte da despesa foi crédito extraordinário, mas teve a parte de despesa obrigatória que aumentou, e a gente vai precisar fazer um ajuste para o cumprimento do teto”, disse o secretário. “(O Tesouro) pode realizar ao longo das próximas semanas o bloqueio por conta desse au-

mento, mas ainda irá decidir onde e como irá bloquear, como será operacionalizado”, completou.

Quem deu mais detalhes sobre os dados bimestrais foi o subsecretário de Gestão Orçamentária, Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira. Segundo Oliveira, a avaliação do 4º bimestre foi positiva, com R\$ 15,9 bilhões de aumento na receita, na comparação com o 3º bimestre. “Sobretudo por conta da arrecadação no Imposto de Renda, impulsionada pela valorização das commodities em alguns setores”, explicou.

O excesso de gastos não prejudicou a previsão de déficit nas contas públicas para este ano. Pelo contrário, de acordo com o Ministério da Economia, como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), a projeção do saldo negativo para 2021 caiu de 1,8% para 1,6%.

Geraldo Magela/Agência Senado - 25/11/19



Segundo Funchal, bloqueio de despesas será de R\$ 300 milhões e deficit nas contas de 2021 cairá para 1,6% do PIB

Ainda segundo o subsecretário, reduções na receita também foram observadas. “Sobretudo em imposto de importação, com a valorização do dólar e o aumento do IPI”, afirmou, em referência ao Imposto sobre

Produtos Industrializados.

De acordo com Bruno Funchal, a redução prevista no impacto das despesas em relação ao PIB foi o ponto de maior destaque do novo relatório, sendo o quarto resultado primário consecutivo com saldo positivo. Para ele, o resultado “mostra a importância do foco nas medidas de combate à pandemia e a relevância do teto de gastos, que permite o controle das despesas correntes ano a ano”.

Para ele, o resultado “mostra a importância do foco nas medidas de combate à pandemia e a relevância do teto de gastos, que permite o controle das despesas correntes ano a ano”.